

TCU analisa recurso do Banco Central sobre inspeção no Master

Corte avalia que a ação do ministro Jhonatan de Jesus foi alinhada à defesa de independência do órgão

/INVESTIGAÇÃO

O Tribunal de Contas da União (TCU) confirmou o recebimento do recurso apresentado pelo Banco Central, que recorre de decisão do ministro relator do caso Banco Master, Jhonatan de Jesus, que determinou uma inspeção ao órgão regulador do mercado financeiro.

"Na atual fase, o relator está analisando os embargos de declaração opostos pelo BC. É preciso aguardar essa definição para vermos como o processo seguirá", informou a assessoria técnica do TCU.

Nos embargos de declaração, a determinação por um único juiz é questionada pelo Banco Central sob o argumento de que a

decisão deveria partir de um processo de deliberação colegiada.

Um comunicado publicado nos canais de comunicação do TCU na terça-feira, reforça o papel de controle da Corte sobre processos decisórios da administração pública federal, previsto na Constituição Federal.

A nota "reafirma que o Banco Central do Brasil, embora dotado de autonomia técnica e decisória, integra a administração pública federal e, como tal, submete-se ao sistema constitucional de controle externo".

De acordo com o informativo, a ação do TCU não é nova, nem excepcional, e está alinhada com a defesa de independência do órgão regulador.

"Não fragiliza a autoridade



SAULO CRUZ/TCU/DIVULGAÇÃO/IC

Tribunal diz que processo em curso não fragiliza a autoridade do BC

do Banco Central. Ao contrário: reforça a legitimidade institucional das decisões públicas, assegurando à sociedade que atos

de elevado impacto econômico e sistêmico foram praticados com observância estrita dos princípios constitucionais", finaliza.

Novo salário-mínimo e isenção do IR injetarão R\$ 110 bi na economia

/CONJUNTURA

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou ontem que o reajuste do salário-mínimo e a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil vão injetar R\$ 110 bilhões na economia em 2026.

Em entrevista ao programa Bom Dia, Ministro, do CanalGov, ele afirmou ainda acreditar que

seja possível aprovar o fim da escala de trabalho 6x1 em um ano eleitoral. O ministro já havia afirmado que o fim da escala 6x1 é uma prioridade do governo Lula em 2026 e que avaliava ser possível reduzir a jornada de trabalho das atuais 44 horas para 40 horas semanais, antes de iniciar uma diminuição gradativa até 36 horas.

O presidente Lula também disse que o País está pronto e a eco-

nomia está pronto para o fim da escala. Em relação ao IR, a nova tabela do imposto começou a valer em 1º de janeiro de 2026 e zera a cobrança do tributo para trabalhadores com renda mensal de até R\$ 5.000. A mudança decorre da lei sancionada pelo presidente em 26 de novembro.

Além de zerar o imposto para quem ganha até R\$ 5.000, a nova tabela reduz a carga tributária de

quem recebe entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350 por mês. Acima desse valor, seguem válidas as alíquotas progressivas atuais, que vão de 7,5% a 27,5%. A mudança pode representar uma redução de até R\$ 312,89 no imposto mensal.

No calendário de mudanças do começo do ano, também está o novo valor do salário mínimo, de R\$ 1.621, em vigor desde o início de janeiro (1º). O reajuste é de 6,79%.

/TRIBUTOS

Fonte: www.informanet.com.br

IMPOSTOS FEDERAIS E ESTADUAIS

14/01	IRRF	Rendimentos de Capital - Fundos de Investimento, de fato gerador de 1º decêndio mês atual (10/01/2026)
14/01	IRRF	Rendimentos de Capital - Day-Trade - Operações em Bolsas, de fato gerador de 1º decêndio mês atual (10/01/2026)
14/01	IOF	Ouro, Ativo Financeiro, de fato gerador de 1º decêndio mês atual (10/01/2026)
14/01	IOF	Seguros, de fato gerador de 1º decêndio mês atual (10/01/2026)
15/01	PIS/Pasep	Retenção - Aquisição de autopeças, de fato gerador de 2ª quinzena mês anterior (31/12/2025)
15/01	CPSS	Servidor Civil Ativo, de fato gerador de 1º decêndio mês atual (10/01/2026)

Mensal	R\$	109,90
Trimestral à vista	R\$	269,73
1+2	R\$	99,90
Total Parcelado	R\$	299,70
Semestral à vista	R\$	528,66
1+5	R\$	97,90
Total Parcelado	R\$	587,40
Anual à vista	R\$	997,92
1+11	R\$	92,40
Total Parcelado	R\$	1.108,80